Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Universidade de Brasília

Reitora Rozana Reigota Naves
Vice-Reitor Márcio Muniz

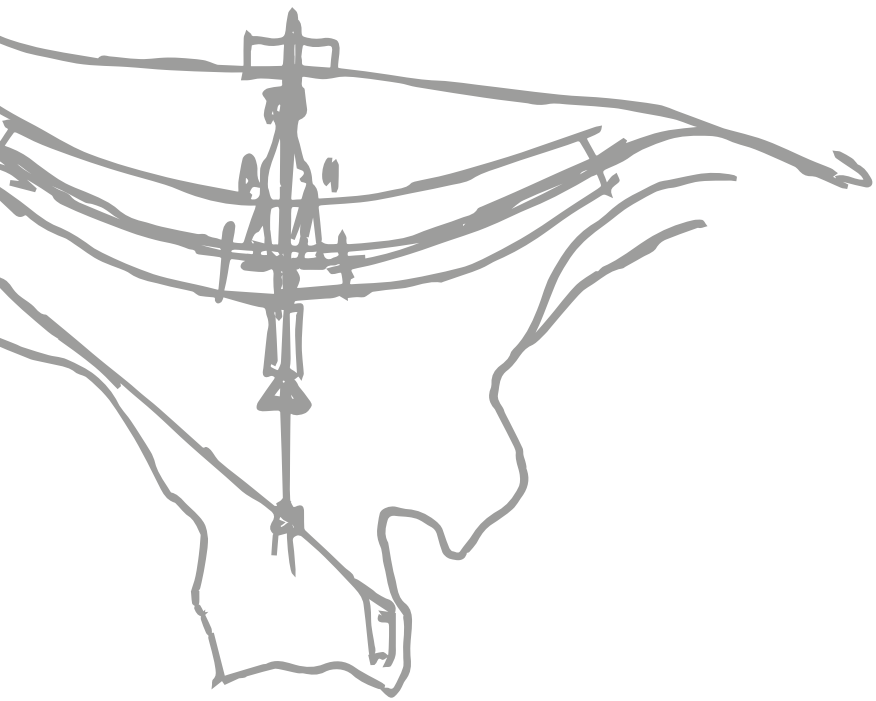
EDITORA
UnB

Diretora Marina Dourado Lustosa Cunha

Conselho editorial
Andrey Rosenthal Schlee
Biagio D'Angelo
Carina Luísa Ochi Flexor
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Josivânia Silva Farias
Maria Carmem Aires Gomes
Maria do Socorro Neri de Sousa
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho
Marina Dourado Lustosa Cunha
Nilce Santos de Melo
Rosineide Magalhães de Sousa

Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Equipe editorial

Coordenação de produção editorial Marília Carolina de Moraes Florindo

Assistência editorial Jade Luísa Martins Barbalho

Revisão Jeane Pedrozo

Diagramação Wladimir de Andrade Oliveira

Padrão visual/Capa Mauro Liz (2011)

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília-DF
CEP: 70910-900
(61) 3107-3700
www.editora.unb.br
editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização expressa da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

R947 Rupturas e desafios da educação no Distrito Federal (1964 – 1985) [recurso eletrônico] / organizadoras, Eva Waisros Pereira, Laura Maria Coutinho, Maria Paula Vasconcelos Taunay. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2025.
552 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-243-9.

1. Educação – Brasília (DF) – História. 2. Ditadura. I. Pereira, Eva Waisros (org.). II. Coutinho, Laura Maria (org.). III. Taunay, Maria Paula Vasconcelos (org.).

CDU 37(817.4)(09)

Heloiza dos Santos – CRB 1/1913

Sumário

APRESENTAÇÃO.....14

Parte I
OUTROS ARES SOPRAM

Capítulo 1
Contexto sociopolítico em 1964: a capital ocupada.....21
Claudia Paiva Carvalho
Cristiano Paixão

Capítulo 2
A educação tecnicista no golpe militar de 1964.....46
Raquel de Almeida Moraes

Capítulo 3
Financiamento da educação no Distrito Federal: o período autoritário.....62
Jorge Abrahão de Castro

Capítulo 4
Estudo comparado da educação escolar em instituições públicas e privadas do Distrito Federal (1964-1984) 79
José Luiz Villar Mella

Parte II
PENSADORES DA EDUCAÇÃO APARTADOS

Capítulo 5
Anísio Teixeira: pensamento silenciado, ação interrompida 95
Eva Waisros Pereira

Capítulo 6

Paulo Reglus Neves Freire, Brasília, 1964 130

Laura Maria Coutinho

Capítulo 7

Darcy Ribeiro: trajetória, exílio e pós-exílio.....156

Haydée Ribeiro Coelho

Parte III

EDUCAÇÃO, AUTORITARISMO E REPRESSÃO

Capítulo 8

O elefante branco: uma escola com o nome de resistência.....175

Eliane Brito

Capítulo 9

Organização de docentes do Distrito Federal: a repressão no período da ditadura militar 194

Antonio Carlos Andrade de Souza

Erlando da Silva Rêses

Capítulo 10

Centro Integrado de Ensino Médio, Ciem: uma escola inovadora no período da ditadura militar 221

Ariane Abrunhosa

Denise Farage

Mariana Penna

Capítulo 11

Tecnologias da educação na nova capital: desenganos e êxitos 254

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Raquel de Almeida Moraes

Parte IV
O OCASO DE UMA PROPOSTA TRANSFORMADORA

Capítulo 12
O golpe militar de 1964 e suas consequências sobre o plano educacional de Anísio Teixeira.....278
Leila Chalub Martins

Capítulo 13
O papel da tipologia das escolas classe na definição do lugar escola no Plano Piloto de Brasília.....303
Samira Bueno Chahin

Capítulo 14
Educação de jovens e adultos trabalhadores: concepções e práticas em disputa.....315
Leila Maria de Jesus Oliveira
Maria Margarida Machado

Capítulo 15
Educação negada: a luta dos moradores da Vila Paranoá pelo direito de estudar.....354
Leila Maria de Jesus Oliveira
Ricardo Gonçalves Pacheco

Parte V
MUDANÇAS NO CURRÍCULO ESCOLAR E NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Capítulo 16
Fios e tramas da memória: a cultura cívico-patriótica na escola pública do Distrito Federal (1964-1985).....376
Antonio Fávero Sobrinho
Valéria Nely Cézar de Carvalho

Capítulo 17

Estudo de um caderno de teoria e prática de ensino na matemática da Escola Normal da Ceilândia.....403

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho

Edilene Simões Costa dos Santos

Carmyra Oliveira Batista

Mônica Menezes de Souza Batista

Capítulo 18

Imagens da cidade e da escola: sobre a atualidade da proposta da escola parque para a capital.....423

Maria Andreza Costa Barbosa

Maria Lídia Bueno Fernandes

Parte VI

BRECHAS, ESPAÇOS ALTERNATIVOS E RESISTÊNCIA

Capítulo 19

Wladimir Murtinho e sua atuação na educação e na cultura do Distrito Federal 452

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Capítulo 20

Projeto integrado de educação ambiental de Ceilândia: uma experiência inovadora em terreno minado.....482

Vera Margarida Lessa Catalão

Josefina Reis de Moraes

Capítulo 21

Entre livros e artes, uma escolinha de criatividade e uma biblioteca infantil na 104/304 Sul.....501

Luciana de Maya Ricardo

Alice Fátima Martins

Capítulo 22
Um olhar literário sobre Brasília: textos inaugurais e escrituras da resistência 521
Maria Alexandra Militão Rodrigues

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....541
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

SOBRE OS AUTORES 545

Parte III
EDUCAÇÃO, AUTORITARISMO E REPRESSÃO

Capítulo 10

Centro Integrado de Ensino Médio, Ciem: uma escola inovadora no período da ditadura militar

Ariane Abrunhosa
Denise Farage
Mariana Penna

O Centro Integrado de Ensino Médio (Ciem), criado em janeiro de 1963 pelo Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, foi inaugurado dois meses após o golpe de Estado, ocorrido em 31 de março, quando se instalou no país a ditadura militar que durou 21 anos.

Vinculado à Universidade de Brasília (UnB), o Ciem foi idealizado em uma conjuntura de efervescência política, quando a Presidência era ocupada por João Goulart (1961-1964) e a educação nacional passava por intensas reformas, incorporando contribuições de vários intelectuais. Segundo Terezinha Rosa Cruz, autora de *Uma experiência de Educação Interrompida – Ciem – UnB – 1964 - 1971*, estiveram à frente dos debates os educadores Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Lauro de Oliveira Lima, Ernâni Sátiro e José Aloísio Aragão, mentores desse centro de experimentação no ensino secundário e diretamente relacionado ao ingresso de seus estudantes em cursos superiores da UnB.

O Ciem foi renovador na história da educação brasileira. Alicerçado nos ensinamentos de Piaget e John Dewey, funcionava em tempo integral. Um de seus idealizadores, Darcy Ribeiro (1993), afirmou ter sido a melhor experiência de educação secundária feita no Brasil. Do ponto de vista do jornalista Hélio Doyle (2016), ex-aluno, "o Ciem era um colégio que seria revolucionário hoje". Da mesma forma, "o Ciem mudou minha vida. Uma espécie de sonho. Quem passou pelo Ciem viveu o melhor momento da sua vida estudantil. Acho que poucos vão ter coragem de dizer o contrário", afirmou o arquiteto Tom Rebello (2019).

Um dos fatores que levaram ao bom desempenho dessa experiência educacional, que teve o comando de José Aloísio Aragão e de outros mestres, foi a pedagogia, acima de quaisquer outros. Mesmo desenvolvendo uma educação de excelência, ou talvez por isso mesmo, muitos obstáculos concorreram para a sua curta existência. Suas atividades foram encerradas em 1971. Passado meio século, o Ciem permanece como uma das mais importantes referências de avanços na qualidade do ensino médio brasileiro.

Contexto histórico da criação do Ciem

É comum associar o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) à entrada do Brasil na modernidade, graças a uma série de reformas, orientadas por seu Plano de Metas. A expressão maior desse governo foi a construção e a inauguração de Brasília. O *slogan* "Cinquenta anos em cinco" impulsionava o esforço de deixar para trás um país oligárquico, atrasado e baseado na economia agroexportadora. Dessa forma, o presidente JK propôs a implantação de uma indústria de base, a fim de capitalizar o país com recursos internacionais e criar a infraestrutura necessária para o seu desenvolvimento. Esse novo cenário estimulou o surgimento de vários movimentos artísticos e culturais, ocasionando, também, debates sobre a reconstrução nacional. Eram os "anos dourados", como ficaria conhecido esse período da sociedade brasileira.

No campo educacional, transcorriam acirrados debates no Congresso Nacional em torno da primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei n.º 4.024/1961 (Brasil, 1961). Paralelamente, era erguida a nova capital, considerada uma folha em branco a ser preenchida por propostas de ensino que estivessem em sintonia com o espírito de renovação propagado pelo presidente. Nesse contexto, foi dada ao educador Anísio Spínola Teixeira a responsabilidade de idealizar o Plano de Construção Escolares para Brasília, por meio do qual foi criado um sistema educacional integrado que iria do Jardim de Infância à Universidade, incorporado ao novo modelo urbanístico de cidade, proposto pelo arquiteto Lúcio Costa.

Já a Universidade de Brasília (UnB) precisou de muita articulação política para se tornar realidade. Mas a competência, o brilhantismo e o poder de persuasão do antropólogo Darcy Ribeiro foram determinantes para a criação do projeto de lei que autorizou a criação da UnB enviado por Juscelino Kubitschek ao Congresso Nacional no dia da inauguração da cidade, em 21 de abril de 1960. A UnB foi inaugurada, exatamente, dois anos depois, em 21 de abril de 1962.

O planejamento e a concepção da nova universidade contaram com os conhecimentos de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, e de outros importantes intelectuais, cientistas e educadores que foram convidados a participar e a contribuir na elaboração do projeto de criação da nova universidade brasileira. Desse trabalho surgiu uma proposta inovadora para o ensino superior da nova capital e do país, com a intenção de estimular a pesquisa acadêmica, promover a integração das áreas de conhecimento e buscar soluções relacionadas aos problemas nacionais. Nascia uma universidade de vanguarda, autônoma e exemplo de aprimoramento para ensino superior.

> O Projeto da UnB surgiu em contraposição ao modelo tradicional de universidade criado nos anos trinta no Brasil, modelo que estava sendo questionado por setores das próprias instituições de ensino e pesquisa e por aqueles que pensavam em

> uma universidade voltada para as transformações que requeria a sociedade brasileira naquele momento. (Aparecida, 1995, p. 38)

Darcy Ribeiro e seus colaboradores concebiam uma Faculdade de Educação que fosse o centro propulsor da qualidade do ensino na nova universidade (Cruz, 2001). Havia, igualmente, uma preocupação com a qualidade da educação básica, sem a qual não seria possível promover um ensino superior de alto nível, com o consequente avanço na produção e transmissão do conhecimento. Dessa forma, a autora afirma que:

> O objetivo era integrar os três graus de ensino — dentro e fora da UnB e junto ao Sistema de Educação do Distrito Federal, envolvendo unidades universitárias que deveriam preparar professores para as diversas modalidades de educação média e primária, sob a coordenação da Faculdade de Educação, quanto aos princípios e métodos de ensino. (Cruz, 2001, p. 50)

Com essa perspectiva integradora, o Ciem foi delineado para ser um centro de experimentação e demonstração pedagógica para o ensino médio, além de preparar o estudante para o ensino superior. Caberia à Faculdade de Educação da nova universidade um importante papel na condução dessa iniciativa, estruturada dentro das proposições da primeira Lei de Diretrizes e Bases Nacionais. Entretanto, o Ciem foi criado antes da Faculdade de Educação, que começaria a funcionar somente em 1966.

Em 1963, entre as edificações construídas para o ensino, estavam os quatro prédios destinados ao Ciem. Atualmente, esses prédios integram o Hospital Universitário (HUB), situado no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, na L2 Norte, uma das principais vias do Plano Piloto. Somente no início do ano letivo de 1964, foram realizados os últimos encaminhamentos para que a escola pudesse funcionar. Nesse momento, a UnB já enfrentava grandes percalços, advindos das alterações no quadro político do país pelo golpe de 1964.

No dia 9 de abril de 1964, a universidade foi invadida por tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais. À época, Anísio Teixeira estava à frente da reitoria e foi obrigado a deixar o cargo. Em seu lugar, assumiu o professor Zeferino Vaz. As atividades do Ciem tiveram início em 21 de maio de 1964 (Universidade de Brasília, 1963).

1964 – O primeiro ano do Ciem

A aula inaugural do Ciem ficou a cargo do novo reitor, Zeferino Vaz. Nesse momento, instalava-se também um desafio para equipe de professores dessa escola, o de implantar uma proposta pedagógica inovadora, baseada nos princípios democráticos já delineados, em meio a um ambiente político hostil e autoritário que, aos poucos, foi assumindo todo o controle do país e atingindo em cheio a nova universidade.

A direção do Ciem coube ao professor José Aloísio Aragão, detentor de larga experiência no magistério superior e na gestão de órgãos educativos, além de coordenadorgeral da Campanha de Aperfeiçoamento e de Difusão do Ensino Secundário (Cades). O cargo de vice-diretor ficou com o padre Marconi Freire Montezuma e os demais membros do corpo docente vieram de diferentes regiões do país. Inicialmente, a escola funcionou em regime anual e as aulas tiveram início com turmas de estudantes do último ano do curso científico e turmas de universitários da UnB que precisavam recuperar conhecimentos daquele nível de escolarização. Vários critérios deveriam ser seguidos na organização dos testes e na classificação dos candidatos ao ingresso na UnB, no período dos seus quatro anos iniciais, de acordo conseguinte relato:

> Se um candidato obtivesse boa classificação geral para um dos cursos de sua escolha, embora se tivesse mostrado fraco numa das provas de escolaridade (mesmo considerada importante para este curso), não seria necessariamente reprovado. Seria admitido condicionalmente, comprometendo-se a matricular-se no

> Centro Integrado de Ensino Médio na disciplina em que se tivesse mostrado deficiente, sendo essa matrícula válida no caso de, depois de um semestre, ter demonstrado bom aproveitamento na disciplina em questão. (Martins, 1980, p. 87)

O Ciem, desde seu primeiro ano de funcionamento, era uma escola que prepararia os estudantes para a UnB e reforçaria o ensino daqueles universitários que apresentassem defasagem de conhecimento em alguma disciplina. Possibilitava, ainda, aos gestores da UnB novos critérios de seleção para o ensino superior. Sobre os objetivos dessa escola, o professor Aragão assim relata para a jornalista Yvonne Jean:

> O primeiro objetivo, declarou, é criar modelos multiplicáveis de ensino que possam ser reproduzidos em todo o país. O segundo objetivo, é promover a integração entre a UnB e os estabelecimentos de Ensino Médio do país e também com o Ministério da Educação. (Aragão, 1964)

O professor Aragão, conforme nos conta a professora Cruz (1990; 2001) teria sido bem mais que um diretor, pois coube a ele estruturar as áreas pedagógica e administrativa da escola. O Ciem foi organizado com base em princípios participativos; a estrutura administrativa, implantada progressivamente, compunha-se da direção e da Assembleia Geral dos Professores, órgão máximo de deliberação. Os professores eram distribuídos em equipes por disciplinas e cada equipe tinha um coordenador.

As reuniões da assembleia ocorriam duas vezes ao ano, quando aconteciam os Seminários Gerais dos Professores, que consistiam, basicamente, em reuniões com todos os integrantes da escola, para avaliar e planejar as atividades anuais e semestrais. Existia o Conselho de Orientadores Docentes, um colegiado composto pelos líderes das equipes docentes, com reuniões semanais, nas quais deliberavam sobre as questões relativas ao cotidiano escolar. Havia também o Conselho de Representante dos Alunos.

A escola foi inaugurada com a competência pedagógica que lhe trouxe sucesso e reconhecimento durante sua curta existência, embora estivesse ainda em fase de organização. Nesse período, curiosamente, um dos estudantes, responsável por criar o primeiro jornal do Ciem, frequentava as aulas sem ter participado do processo seletivo e, consequentemente, sem estar matriculado. "Eu perdi o processo seletivo, mas tinha um colega que havia ingressado, então resolvi, por conta própria, frequentar as aulas", explica o ex-aluno, o jornalista Aylê Salassié Quintão:

> Eu queria ser jornalista. Então, criamos o jornalzinho "Ciem-te" e fizemos três edições, na última edição, a direção descobriu que eu não era matriculado. Aí, fui considerado um infiltrado e não pisei mais no Ciem, com medo de ser preso. Isso aconteceu, acho que já era outubro. Tudo que aprendi naquele ano me permitiu entrar na UnB, porque se estudava nas aulas. (Quintão, 2019)

Entre os estudantes que ingressaram em 1964, encontrava-se o líder estudantil Honestino Guimarães, que passou em primeiro lugar no vestibular da UnB e, nos anos seguintes, esteve à frente das mobilizações estudantis na universidade, como presidente da Federação dos Estudantes da UnB (Feub). O jovem líder acabaria perseguido e morto pela ditadura militar. A participação no movimento estudantil era algo frequente entre os jovens dos anos 1960 — uma geração marcada pela irreverência e inconformada com a ordem social vigente. Uma parte dessa juventude encontrou no Ciem uma escola com princípios democráticos, mas que precisava sobreviver dentro de um regime político que considerava os estudantes, participantes das lutas estudantis, como subversivos. Com relação à movimentação no *campus* da UnB, o ex-aluno Cláudio Almeida, um dos fundadores do primeiro grêmio estudantil da escola, comentou sobre a existência de uma comunicação constante, tanto por parte dos professores como dos estudantes, entre ambas as instituições educativas: "Os estudantes do Ciem tinham direito de utilizar o

restaurante universitário e a Biblioteca Central da UnB. Logo, transitava-se muito no *campus*" (Almeida, 2019). Ao concluir o Ciem, Cláudio Almeida foi aprovado na UnB. Na invasão da universidade, em 1968, ele foi um dos universitários presos e torturados pelas forças repressivas do regime militar. A ex-aluna e médica Evellyn Maravalha afirmou: "A gente tinha essa facilidade de transitar pela UnB, de fazer cursos, tinha a modalidade de aluno especial e estudante ouvinte na UnB. A gente fazia parte daquilo ali. [...] Era o mesmo que estar dentro da UnB, só que num estágio anterior" (Maravalha, 2019).

Em geral, os estudantes eram filhos de altos funcionários públicos, empresários, profissionais liberais, políticos e militares que serviam na cidade. Havia poucas escolas de ensino médio, no início da nova capital, e o Ciem nasceu com a chancela da UnB, tornando-se muito atrativo para quem desejasse ingressar na universidade. Cedo, ganharia a fama de ser uma escola de elite. No entanto, com a consolidação do centro, houve um esforço do corpo docente para criar possibilidades de ingresso de jovens com menor poder aquisitivo.

No início de semestre, conforme Cruz (2001), uma das primeiras atividades era uma longa reunião de recepção dos estudantes, para esclarecer os fundamentos filosóficos e pedagógicos norteadores da escola. Nessas ocasiões, o diretor explicava o funcionamento da escola e as linhas de pensamento e ação para a comunidade do Ciem. Na parte disciplinar, integravam o chamado "espírito do Ciem" os princípios de: *i)* respeito à pessoa do outro; *ii)* respeito à autoridade; e *iii)* respeito ao trabalho do outro.

Esses fundamentos, seguidos por professores, estudantes e servidores, tinham por lema: "Liberdade com responsabilidade", inspirado nos preceitos orientadores da escola inglesa de Summerhill, célebre pioneira do movimento intitulado "escolas democráticas" (Neill, 1977).

Figuras 10.1 a 10.5: Estudantes do Ciem em atividades pedagógicas



Fonte: Arquivo Central da Universidade de Brasília.

O ano de 1965

Em 1965, o Ciem já trabalhava com todas as séries do antigo curso científico e firmou-se como um espaço de experimentação pedagógica que lhe traria o emblema de escola de excelência. As ideias que orientavam

as atividades pedagógicas tiveram forte influência do grupo *Capita Plana* — expressão em latim, que em português significa Cabeças Chatas —, um gracejo em referência aos docentes cearenses, com formação piagetiana, integrantes desse grupo. As ideias que orientavam as atividades pedagógicas tiveram forte influência do grupo *Capita Plana*, também conhecido como Cabeças Chatas, constituído por docentes com formação piagetiana, em sua maioria, cearenses. Dentre eles, encontravam-se Lauro de Oliveira Lima, então, responsável pelo Ensino Médio no Ministério da Educação, José Aloísio Aragão e o padre Marconi Montezuma (Cruz, 2001). Esses educadores ajudaram a pensar o Ciem. O trabalho do grupo *Capita Plana* deu origem ao livro *Escola Secundária Moderna: organização, métodos e processos* (1962), considerado um guia prático para os educadores (Vasconcelos, 1996). O livro foi amplamente divulgado entre os professores do ensino secundário e os docentes do Ciem valeram-se de seus ensinamentos (Cruz, 2001).

Outra referência importante para a organização dos elementos estruturantes do Ciem foi a presença das ideias de John Dewey (1859-1952). O educador Anísio Teixeira foi seu maior discípulo no Brasil, tendo sua obra e atuação no campo educacional forte influência do filósofo norte-americano. Assim, a concepção de educação idealizada para Brasília também teve fundamentos da filosofia pedagógica de Dewey.

> Anísio Teixeira tinha em mente o conceito deweyano de democracia, que implicava, segundo ele, movimento constante. O ambiente social em que se davam as novas concepções pedagógicas era a vida democrática "em permanente progresso", pois a sociedade democrática era uma "sociedade em indefinido estado de reconstrução. (Cunha, 2001, p. 90)

Outras concepções, ainda que em menor grau, devem ter colaborado para a orientação pedagógica do Ciem (Cruz, 2001). O professor Aragão foi capaz, junto ao corpo docente sob sua liderança, de reunir os ensinamentos de vários intelectuais e desenvolver diretrizes. Cuidou de alinhar os

entendimentos da equipe para que estivessem em sintonia, no sentido de haver uma unidade. Para tanto, Aragão elaborou as orientações:

> 1 - Não é o conteúdo que forma, mas o método. Para Piaget, o conhecimento e a inteligência são sinônimos, mas têm significados diferentes: inteligência é a construção de estruturas que ficam subjacentes ao pensamento e se desenvolvem por necessidade adaptativa: o conhecimento, no sentido geral, e não no restrito, é o resultado das nossas relações inteligentes com o universo de nossas experiências de vida. O conteúdo informa, mas é o método que forma. Forma no sentido de propiciar ao aluno métodos de trabalho que o conduzam a uma atitude científica diante do conhecimento, a uma natural curiosidade face ao desconhecido, a um profundo apego à verdade e a um difícil sentimento de humildade diante da grandeza da vida. Método que, por outro lado, lhe abra a percepção para o imaginário, para o sensível, para a fantasia que alimenta o espírito, o sonho, as perspectivas estéticas, futuristas e artísticas. O conteúdo por si só não propicia ao educando essa formação.
>
> 2- Há necessidade de ensinar o aluno a estudar, a continuar aprendendo quando não puder contar com a orientação do professor.
>
> 3- O desenvolvimento da capacidade de julgamento e crítica do aluno, e da liberdade de manifestar, autenticamente, sua opinião em quaisquer situações, sem nenhum constrangimento, desde que não ferisse os princípios de vida e de trabalho do Ciem.
>
> 4- As disciplinas integrantes do currículo concebidas, primordialmente, com o sentido de instrumentalidade a serviço da formação do educando, e não como fim em si mesma.
>
> 5- A avaliação - Nenhuma atividade pedagógica pode ser constatada como adequada ou não, se não existir um processo que comprove os seus efeitos. (Cruz, 2001, p. 119-130)

O sistema de avaliação era para a equipe docente do Ciem uma matéria de constante experimentação, com o intuito de alcançar melhores resultados

em todas as áreas (Cruz, 2001). O ex-aluno Gurgel (2004, p. 66) relata que a orientação ao corpo discente, distribuída no início de 1965, foi:

> A verificação do seu rendimento escolar é um processo que envolve uma completa observação sobre todos os aspectos de seu trabalho. A sua participação nas aulas, o esforço que demonstrar na superação de suas próprias deficiências, suas atitudes de seriedade e responsabilidade, a qualidade dos trabalhos que você apresenta, sua assiduidade e pontualidade, seu espírito de iniciativa e também (é evidente) os testes de verificação realizáveis a qualquer momento, os conhecimentos que você demostrar nas arguições, entrevistas e debates — tudo, enfim, o que você é e tudo o que você faz. Tudo tem importância para sua menção de cada subperíodo (quadro semanas). Afinal de contas, as menções visam traduzir todo o seu rendimento, e por isso não podem ficar à mercê de uma simples prova.

O modelo de menções utilizado era o mesmo da UnB.

> O índice de reprovação era mínimo, [...] pois os procedimentos metodológicos exigiam do aluno completa dedicação às atividades de classe, e por isso ele estudava em sala. Não tinha tarefas para casa, pois o aprendizado se avaliava cotidianamente, com constante verificação dos resultados dos trabalhos. (Cruz. 2001, p. 132)

Segundo a autora, o trabalho realizado pelos docentes do Ciem aos poucos havia conquistado o respeito do então reitor (Cruz, 1990; 2001). Ainda nessa direção, Salmeron (2012), por sua vez, afirma que:

> Zeferino Vaz teve uma feliz evolução: passou da posição inicial de interventor, como ele mesmo se definiu, para a de adepto das ideias da Universidade de Brasília em toda a sua extensão. Compreendeu o alcance da nova estrutura, interessou-se pelos trabalhos e pelo futuro, apoiou os coordenadores e demais professores em suas atividades. (p. 191)

Ainda assim, havia certa intranquilidade acadêmica, pois as universidades eram tidas como lugares de subversão pelo regime instalado. No mês de agosto, Zeferino Vaz renunciou. De acordo com Salmeron (2012) e Aparecida (1995), nesse momento, estava em curso uma crise derivada da insatisfação dos estudantes e professores com a falta de verbas para a universidade, com o afastamento de alguns docentes sem uma justificativa plausível e a preocupação, por parte dos professores da UnB, em relação a ameaças à autonomia universitária.

O novo reitor, Laerte Ramos de Carvalho, demonstrou falta de disposição para o diálogo e a solução de conflitos na Universidade de Brasília. A consequência veio em 9 de outubro de 1965, quando solicitou ao Departamento de Segurança Pública o envio de tropas para manutenção da ordem, alegando uma greve de professores e instrutores pró-autonomia, que ganhou o apoio dos estudantes. O desfecho desse episódio deu-se com a demissão de 15 professores da universidade, considerados subversivos; em solidariedade, 223 outros docentes demitiram-se coletivamente (Salmeron, 2012). A UnB mergulhou na sua maior crise, pois o seu quadro totalizava 305 docentes. Apesar de o Ciem estar situado no *campus* da UnB, os trabalhos pedagógicos teriam prosseguido com firmeza (Cruz, 2001).

1966 – O ensino semestral

Em 1966, o Ciem adotou o sistema de créditos e os dois períodos letivos anuais da UnB. Os três primeiros semestres assentavam-se em conteúdos básicos para a formação geral, podendo ou não ter pré-requisitos. Após os três primeiros semestres, cumprindo o objetivo de assegurar uma base sólida, o estudante poderia escolher disciplinas optativas, dando continuidade à sua formação. Havia disciplinas complementares, como Filosofia, Educação Artística, Educação Física, e os estudantes também podiam escolher uma modalidade esportiva, no início de cada ano letivo. O ex-presidente

Fernando Collor de Mello, ex-estudante do Ciem, em seu depoimento sobre a escola, disse que "havia várias modalidades de esportes, inclusive vela" (2019). Lembrou que jogava futebol e que existiam campeonatos, entre professores e estudantes, que eram muito divertidos. De acordo com o ex-estudante Hélio Doyle, não havia a educação física tradicional: "Nós praticávamos um esporte" (2019).

O Ciem recebia de 300 a 350 estudantes por ano e contava com uma equipe docente composta por mais ou menos 60 professores, que se dedicavam à busca de novas formas de ensinar, e eram selecionados por meio de entrevistas, realizadas pelo diretor. Por vezes, havia casos de indicação política que precisavam ser atendidos. Em entrevista, a professora Teresinha Rosa Cruz afirma que: "às vezes, esses professores acabavam saindo, pelo seguinte: quando eles viam que a equipe tinha alto nível e eles não davam conta, eles pediam demissão e iam embora" (Cruz, 1990). Como observa a entrevistada, os professores do Ciem eram competentes e os poucos que eram considerados fracos não chegavam a ser um problema, graças à cooperação dentro das equipes, diferencial que também favorecia o planejamento das aulas e a elaboração dos instrumentos de trabalho para aulas.

Instrumentos de trabalho para aula (ITA)

A função dos instrumentos de trabalho era organizar os conteúdos por meio de um programa. O planejamento seguia os princípios de unidade, coerência e flexibilidade e os objetivos e fins dos conteúdos eram guiados pelos princípios adotados pela escola. "Cada ITA apresentava, na primeira página, as finalidades, objetivos e conteúdos a serem estudados, os tipos de raciocínio que seriam requeridos para uma aprendizagem inteligente e criativa e especificações gerais sobre a metodologia a ser desenvolvida" (Cruz, 2001, p. 162).

> O professor situava o tema da aula nos primeiros 15 minutos, as aulas eram de 2 horas, depois nós trabalhávamos aquele assunto em grupo ou individualmente. [...]. Havia as exposições orais, você tinha que chegar à frente da turma e falar, debater com os outros alunos. Isso desinibia muito. (Doyle, 2016)

A proposta era organizar os conteúdos partindo do mais simples para o mais complexo, para escapar da linearidade tradicional. "Pois o que se desejava era aprendizagem de estruturas que fornecessem as bases fundamentais para a construção do conhecimento" (Cruz, 2001, p. 162). Essa conjunção entre metodologia e organização do programa viabilizava grande variedade de abordagens pedagógicas. Os aspectos dos ITA enfatizavam a experimentação, a observação direta, o registro, a pesquisa bibliográfica e as entrevistas.

O objetivo dos professores era ensinar os estudantes a conquistarem autonomia nos estudos. Nessa perspectiva de autonomia dos estudantes, foram criadas as Práticas Educativas Vocacionais (PEV), também conhecidas como clubes. A iniciativa foi bem recebida pela comunidade brasiliense, que acolheu o projeto do padre Marconi Montezuma e de sua primeira coordenadora, Maria José Aragão. As práticas eram atividades fora do ambiente escolar e visavam estimular as descobertas vocacionais. Havia PEV de várias profissões, que eram realizadas em parceria com empresas e instituições públicas, para iniciar os estudantes, de forma teórica e prática, em alguma experiência profissional a ser escolhida por eles mesmos. É importante ressaltar que os discentes planejavam e organizavam as ações para criação das PEV e eram os responsáveis por levantar os problemas existentes, sugerir soluções e controlar a lista de frequência.

O envolvimento da comunidade, com o comprometimento de pais, estudantes e professores, tornou as Práticas Educativas Vocacionais uma experiência exitosa. Em pouco tempo, os jovens do Ciem passaram a ser vistos em hospitais, laboratórios, oficinas mecânicas, centros de pesquisas etc. A professora Eda Coutinho Machado, a última coordenadora do projeto, comenta:

> Era um trabalho de empreendedorismo. Os estudantes aprendiam habilidades de relacionamento, de ter iniciativas, de cooperação e, isso era muito importante porque eles tornavam-se pessoas melhores. E, havia as habilidades duras, eram aquelas que os estudantes adquiriam trabalhando, por exemplo, no hospital. Trabalhando mesmo, não era atividade de observação, era para trabalhar. E, o bom disso, era que eles se sentiam muito empoderados. (Machado, 2019)

A ex-aluna, atualmente professora da UnB, Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, em seu depoimento, disse:

> Eu fiz clube de medicina. Era uma prática normal, todo mundo achava muito bom. Era muito agradável ficar na escola, eu só aparecia em casa à noite. Tinha 16 anos. Trabalhava na escola e, também, fora da escola, mas era muito prazeroso. (Mollo, 2019)

Em uma cidade ainda pequena, como era Brasília, a vida estudantil ganhava espaço na imprensa e, nessa ocasião, não foi diferente. A jornalista Yvonne Jean elaborou uma série de reportagens, com títulos muito criativos, elogiando a iniciativa das PEV.

> Jovens de Brasília I - Jovem só faz baderna? A resposta dos 22 clubes criados pelos alunos do Ciem.
>
> Jovens de Brasília II - O foguete espacial "Liberdade": o telescópio, o mapa do céu brasiliense e algumas Atas Jurídicas.
>
> Jovens de Brasília III - Quando biologistas e fotógrafos percorrem o cerrado, instalam laboratórios e estudam a vida e o meio-ambiente dos seres organizados. (Jean, 1966)

As Práticas Educativas Vocacionais e as atividades artísticas tornavam o Ciem uma escola integral e de tempo integral, que, conforme preconizava Anísio Teixeira (1961), buscava abarcar várias áreas do conhecimento, com vistas ao desenvolvimento do estudante em todos os aspectos. A dinâmica dos clubes contemplava o pensamento anisiano em sua forma de

organização pedagógica: "Não basta, porém, que os alunos sejam ativos. É necessário que eles escolham as suas atividades. Vimos o papel que têm na aprendizagem o intento, o propósito e o interesse do aluno" (Teixeira, 2000, p. 51). O educador era defensor de uma escola de experiência, em que o estudante fosse ativo e estivesse no centro do processo educativo.

No campo político, pode-se dizer que o Ciem era uma caixa de ressonância do que acontecia na universidade e no país. O movimento secundarista, em Brasília, acompanhava os protestos contra as ações do regime militar e, em setembro de 1966, os estudantes do Ciem realizaram uma greve de 72 horas em solidariedade aos universitários da UnB e de outros estados.

1967 – o ano da crise

O cotidiano de professores e estudantes do Ciem seguia sua rotina escolar, todavia, frequentemente agitada pelos acontecimentos políticos, que pipocavam, cada vez mais, no *campus* da universidade. Nesse ano, houve eleições para o Conselho de Representantes dos Estudantes e concorreram três chapas. A chapa vencedora denominava-se Vanguarda, era tida como de esquerda, e ganhou por diferença de apenas um voto da chapa Bom Senso, considerada de direita. De acordo com Gurgel (2004), o grêmio era subordinado ao Conselho de Representantes, mas havia uma eleição para o cargo de diretor-executivo da entidade. Concorreram os estudantes Ihsan Youssef Simaan, Vanguarda, e Fernando Collor de Mello, Bom Senso.

Em outubro, houve uma discussão entre o padre Marconi Montezuma, que ocupava interinamente a direção do Ciem, e a estudante Hileana Menezes. Ela teria desafiado a autoridade do padre Montezuma e, como punição, ele a expulsou da escola.

> A menina realmente foi muito atrevida, não é? Mas ele, ao invés de ter calma e colocar para os colegas o que vocês acham? Vocês acham que dentro dos princípios do Ciem, de respeitar

> o outro, vocês acham que ela está me desrespeitando? Não está desrespeitando a autoridade? Porque nós tínhamos três princípios: princípio de respeito ao outro, princípio de respeito ao trabalho do outro e de respeito à autoridade. Por que a autoridade? Porque a autoridade que tinha maior responsabilidade. Então, eram esses os princípios que governavam a disciplina do Ciem. Ele então perdeu a calma e pronto. Aí os alunos foram a favor da colega, não é? (Cruz, 1990)

Com a notícia da expulsão da aluna, o Conselho de Representantes dos Estudantes convocou uma Assembleia Geral, no dia 25 de outubro de 1967, no auditório Dois Candangos. Nessa assembleia, foi deliberado:

> A) Dar o prazo de 24 horas ao Diretor do Ciem para que reconsidere a expulsão de uma aluna, membro do Grêmio Estudantil do Ciem e também todas as decisões tomadas que vão contra a filosofia da nossa escola.
>
> B) Não comparecer às atividades escolares de amanhã, dia 26, mantendo-se o regime de Assembleia Geral permanente.
>
> C) Reunir-se amanhã esta Assembleia, em frente do Ciem, para que os colegas sejam informados da posição do Diretor e, caso preciso, partirmos para a greve geral. (Ciem, 1967a)

Em seguida a esses fatos, as aulas foram suspensas pelo padre Montezuma, antes que os estudantes entrassem em greve. Ainda, no calor dos ânimos, no dia 26 de outubro, foi elaborada uma declaração em solidariedade às ações do diretor-adjunto, assinada por quase todos os professores da instituição (Ciem, 1967b). Essa declaração de apoio foi ironizada pela imprensa, por constar do texto o seguinte trecho: "[...] nossa total solidariedade a todos os atos passados, presentes e futuros praticados pelo diretor-adjunto". De acordo com depoimentos das professoras Laís Aderne e Eda Coutinho Machado, os professores do Ciem teriam sido interpelados a assinarem a declaração, de forma inesperada. Segundo Aderne, "a menina passou esse papel, e todo mundo saiu assinando. Aí ficou uma coisa muito terrível, se você

não assinasse era muito complicado" (1990; 2019). "Isso foi uma coisa idiota, quem vai avalizar os atos de alguém no futuro, você não sabe o que a pessoa vai fazer, mas nós assinamos", afirma Machado (2019).

Nesse mesmo dia, a Federação dos Estudantes da UnB (Feub), liderada por Honestino Guimarães, e mais dez diretórios acadêmicos fizeram uma declaração de apoio aos estudantes do Ciem com o título: "Aos colegas do Ciem e de Brasília". O relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (Relatório, 2016, p. 45) traz um documento do Serviço Nacional de Informação (SNI), que data de 18 de dezembro de 1967, no qual é atribuído ao estudante Honestino o desejo de agravar a crise do Ciem e são citados trechos desse documento de apoio.

Começava o período mais conturbado da história do Ciem, a proposta pedagógica da escola passou a ser questionada, além de ocorrer uma divisão dos docentes, entre os que apoiavam as ações do padre Montezuma e os que discordavam radicalmente das medidas por ele adotadas. A professora Laís Aderne relata que um grupo de professores se arrependeu de ter assinado a declaração e redigiu outro documento, retirando o apoio incondicional ao padre Montezuma. Ela esteve entre os profissionais que assinaram essa nova declaração, em 20 de novembro de 1967 (Aderne, 1990).

Em 1º de novembro, uma comissão de professores, aprovada em Assembleia Geral, foi formada por meio do Ato da direção do Ciem n.º 31/67 (Ciem, 1967c), constituída por 14 docentes, com a finalidade de apurar os acontecimentos do movimento de apoio dos estudantes à aluna que havia sido desligada e propor medidas cabíveis. Os envolvidos foram questionados pela comissão de professores individualmente, com depoimentos registrados e assinados.

Durante o período de apuração dos fatos, a crise do Ciem ganhou repercussão nacional, os principais jornais do país acompanhavam os acontecimentos na escola e as aulas continuavam suspensas. Em 11 de novembro, o relatório da comissão ficou pronto. No dia 13, o Correio Braziliense trouxe um longo comunicado da direção da escola, detalhando os principais

fatos que teriam desencadeado a crise e, por fim, as resoluções da comissão, com a orientação de expulsão de 28 estudantes, sanções a dois e a recomendação de observação para 16 outros. O comunicado esclarecia que o ex-reitor Laerte Ramos de Carvalho teve conhecimento do andamento dos trabalhos. As resoluções foram encaminhadas ao novo reitor da UnB, Caio Benjamim Dias, médico, de Minas Gerais, que tomou posse em 3 de novembro. Um novo ato da direção, n.º 32/67 (Ciem, 1967d), foi elaborado em 16 de novembro, com as resoluções da comissão, antecedidas de várias justificativas, dentre elas:

> Considerando que, em qualquer escola, é impossível realizar-se um trabalho educativo realmente válido sem que se preserve a autoridade da Direção e a dos professores, devendo esta exigência ser particularmente enfatizada numa escola como o Ciem, onde o respeito à autoridade é princípio.

Diante das ocorrências, em 16 de novembro de 1967, formou-se uma comissão de pais de estudantes expulsos, composta por três profissionais do direito que redigiram uma carta ao reitor Caio Benjamim (Ciem, 1967e). Nela, elencavam os princípios do Ciem e em defesa dos filhos, argumentavam que deveriam ter sido chamados para uma reunião, pois os estudantes eram menores de idade, além de outras refutações aos encaminhamentos que foram adotados pela direção do estabelecimento. Ainda, houve uma comissão de estudantes que redigiu, igualmente, um pedido ao reitor para reconsiderar a punição e considerar a possibilidade de conclusão do ano letivo. Por outro lado, houve também um pequeno grupo de estudantes, da 3ª série, que apoiou as decisões da direção em um comunicado, no dia 17 de novembro (Ciem, 1967f).

O apoio aos estudantes mobilizou senadores e deputados que protestaram no parlamento e houve repercussão nos grandes jornais do país. O prestigiado jornalista, Carlos Castello Branco, em sua coluna, comentou:

> Uma direção ocasional mostrou-se incapaz de entender o alcance da experiência, deformando-a ao longo de alguns meses em que caiu o nível do ensino, esmaeceu o nível excepcional de integração do aluno no curso e deteriorou a disciplina [...]. É importante observar que não houve na crise qualquer incidência política. Pela primeira vez não se falou em subversão ou infiltração de comunista. Houve apenas a guerra ao estudante e uma imprópria demonstração de força. (Coluna, 1967)

Pressionada, a direção do Ciem apresentou um documento, em 23 de novembro (Ciem, 1967g), solicitando ao reitor Caio Benjamim uma solução intermediária, que mantivesse a expulsão dos 28 estudantes, mas que, ao mesmo tempo, permitisse a conclusão do ano letivo, por meio de atividades extraclasse, consideradas como horas de trabalho, o que era permitido pela legislação; e que as guias de transferências fossem emitidas depois dos exames finais. Por fim, no dia 27 de novembro, o Ato da Reitoria n.º 900/67, publicado no Correio Braziliense, determinou o reinício dos trabalhos escolares, em 29 de novembro de 1967, e o adiamento, para depois do encerramento do ano letivo, da expedição de guias de transferência para os estudantes que deviam ser afastados em virtude de faltas disciplinares (Universidade de Brasília, 1967).

Pode-se afirmar que a crise estava encerrada, entretanto, a cicatriz que ficou na comunidade do Ciem perduraria até seu fechamento. Houve a perda de quase 10% do corpo discente, faltando pouco tempo para o término do ano letivo. Os professores estavam divididos, entre os que apoiavam a expulsão dos estudantes e os que foram contra, conforme relatou a professora Laís Aderne (1990).

1968 – o movimento estudantil faz história

O ano de 1968 ficou marcado na história mundial pelos protestos estudantis, com passeatas que mobilizaram milhares de jovens contra o autoritarismo dos governantes e outras reivindicações, em países da Europa, nos Estados Unidos da América e, também, no Brasil.

No Ciem, sentia-se a tensão para restabelecer um projeto pedagógico que havia sido abalado em suas estruturas. A direção estava desgastada e o diretor, professor Aragão, era questionado por acumulação de cargos públicos. A denúncia do acúmulo de cargos veio em janeiro de 1968, por meio de uma carta, vinda de Recife e endereçada ao reitor Caio Benjamim Dias (Ciem, 1968). Segundo depoimento da professora Eda Coutinho Machado, "havia uma tristeza em todos pelos acontecimentos do ano anterior" (Machado, 2019). Logo, o padre Marconi Montezuma deixou a escola e, em seguida, o professor Aragão também se afastou.

Novos estudantes chegaram ao Ciem e trataram de eleger uma diretoria para o Conselho de Representantes e para o Geciem. Uma chapa com o mesmo nome da anterior, Vanguarda, venceu as eleições.

Em final de março, ocorreu a morte do estudante secundarista Edson Luiz, pela polícia, durante um protesto, no Rio de Janeiro. Esse acontecimento levou os jovens de várias cidades brasileiras às ruas. Em Brasília, universitários e secundaristas saíram em passeatas e, entre eles, os estudantes do Ciem. Mário Castro, historiador e ex-aluno conta: "Me lembro de muitas passeatas na W3, estudantes e políticos, com os ativistas daquela época, militantes de esquerda, a gente participava junto" (2019).

O ano prossegue marcado por embates, entre estudantes da UnB e partidários do regime militar, tanto no âmbito jurídico e institucional quanto nas ruas da capital. No final de agosto, dia 29, a UnB foi invadida novamente por tropas da Polícia Militar do DF, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia do Exército e por agentes do Dops, à paisana, que, utilizando bombas de gás lacrimogêneo, metralhadoras, bazucas, revólveres e cassetetes, cercaram o *campus* (Salmeron, 2012). Um universitário foi baleado gravemente na cabeça pelos disparos dos policiais. Muitos estudantes apanharam, outros tantos foram presos.

De acordo com Mário Castro, "em 1968, a nossa prática política não mudou nada, de 67 para 68, pelo contrário, acirrou-se mais. A própria UnB foi fechada pela polícia e o Ciem estava dentro disso aí" (Castro,

2019). Líderes do movimento secundarista, que eram do Ciem, foram salvos pelos professores nessa invasão, "[...] me lembro de que foram muitos que nós tiramos na época que a polícia invadiu a universidade, nós saímos procurando os líderes, tentando passar através dos carros dos professores, pela outra entrada da UnB" (Aderne, 1990).

Em meio à crise na universidade, a professora Teresinha Rosa Cruz assumiu a direção do Ciem e conseguiu, de alguma forma, equilibrar os ânimos de professores e estudantes e dar prosseguimento às atividades.

> Eu fui diretora em 68. Naquela época muito difícil, que foi a época da semana da invasão da universidade, com assembleia de aluno por todo lado. Grupo de alunos que faziam assembleia para preservar o Ciem do problema. Grupo de alunos que estavam a favor de todo aquele problema, sabe? E protestando contra a situação. E o medo naquela ocasião era exatamente de que os alunos do Ciem, como alunos de segundo grau, menores, eu era responsável por eles. E na época era a lei […]. Aquela lei dizia que a diretora era a responsável direta por tudo aquilo que o aluno fizesse na escola. [...] Mas eu procurei agir com a maior cautela possível, não é? [...] porque sabia que se o Ciem entrasse numa coisa dessas ele acabava mesmo. A gente já tinha aquele movimento de dentro da universidade, de gente que estava lá fiscalizando todos os dias para ver o que estava acontecendo. Eu morria de medo de acontecer alguma coisa e o Ciem fechar, não é? (Cruz, 1990)

Mesmo com os esforços de alguns professores para que os estudantes se mantivessem longe dos embates políticos, a situação de conflito acirrava-se, dentro e fora da universidade, e a luta política permeava as instituições educacionais. Todavia, a vida escolar prosseguiu em meio a numerosos desafios. Em 26 de setembro, foi nomeado vice-reitor um militar da Marinha, o capitão de mar e guerra José Carlos de Azevedo, considerado os olhos, os ouvidos e a mente do regime militar na UnB. Por fim, em dezembro, a vida política brasileira foi golpeada, mais uma vez, com a decretação do Ato Institucional de n.º 5, AI-5, por meio do qual se instalou o período mais repressivo da ditadura

militar. Nesse período, o Congresso foi fechado e foram cassados mandatos de muitos parlamentares. Houve suspensão de garantias de *habeas corpus*, instalou-se a censura e aumentou fortemente a perseguição a qualquer tipo de oposição à ditadura instalada no país, além de outras medidas de repressão militar e policial (Lins, 2011). Doravante, o movimento estudantil perderia a força. A luta contra o regime passou à clandestinidade.

Mesmo nesse tempo conturbado, a expressão artística não deixava de estar presente na escola. A arte era um elemento importante na pedagogia do Ciem. Havia a Semana de Arte, quando era possível conhecer a criatividade dos estudantes e compartilhar seus trabalhos em diferentes linguagens e expressões. Teatro, música, poesia, pinturas, xilogravuras faziam parte do evento que movimentava a comunidade brasiliense. "As expressões mais significativas ocorreram principalmente na Semana de Arte de 1968" (Cruz, 2001, p. 195).

1969 – Silêncio e autocensura na escola vanguardista

No cotidiano do Ciem, a pedagogia e as inovações pedagógicas permitiam que a escola continuasse seu trabalho com êxito, aprovando estudantes em vestibulares de várias universidades brasileiras. Mas eram tempos desafiadores demais para uma instituição que tinha, entre suas diretrizes, a liberdade de pensamento e a democracia. Na contramão, portanto, de um regime que se mostrava hostil, repressor e perseguidor. Depois do AI-5, o Decreto-lei n.º 477/69,

> tido como aplicação do AI-5 às universidades, previa punições para professores, servidores e estudantes universitários, e atuava por meio de processos sumários que poderiam levar ao expurgo e à proibição de trabalho em quaisquer instituições educacionais, bem como a realização de cursos universitários. (Relatório, 2016, p. 139)

O clima era de medo e desconfiança. A ex-aluna Maria de Lourdes Rollemberg Mollo descreve: "Nós estávamos na delegacia, sem poder sair, porque fomos pegos distribuindo panfletos, quando chegou um professor nosso, aí descobrimos que ele era um informante. Eu fiquei muito abalada" (2019).

A professora Teresinha Rosa Cruz estava na direção do Ciem quando houve uma ordem de demissão de professores. A escola era considerada muito cara pelo vice-reitor José Carlos de Almeida Azevedo, conforme relato da professora Eda Coutinho Machado (2019). Com essa alegação, o vice-reitor transmitiu a decisão do reitor de reduzir, em 30%, o quadro de professores do Ciem, por medida de economia, reforçando que a UnB estava com sérias dificuldades financeiras. Em decorrência disso, constituiu-se uma comissão com o objetivo de integrar o Ciem à Faculdade de Educação e, nesse processo, foi executado o corte dos docentes.

> Eu fui contra essa demissão, mas fui obrigada a participar dela, porque senão deveria fazer um estrago muito maior no Ciem. Então, foi feita uma coisa de comum acordo com os próprios professores, mas alguns professores se sentiram injustiçados e foi um negócio assim que me marcou muito, e eu fiquei muito aborrecida e pedi demissão do cargo de direção. Aí passou o Alaciel; depois o Alaciel ficou mais um ano, em 69 e, em 70, veio o professor Geraldo Bastos. (Cruz, 1990)

1970 – A sobrevivência; 1971 – não existiu

A equipe docente do Ciem resistia trabalhando, dentro do possível com as diretrizes pedagógicas originais, mas a UnB sofria um desmonte em seu projeto original, liderado pelo vice-reitor Azevedo, que pôs em prática uma reforma administrativa. Dentro da escola, segundo a professora Eda Coutinho Machado, havia desânimo e faltava uma liderança. "Sentíamos que, a qualquer momento, o Ciem ia fechar" (2019). O professor Alaciel Franklin de Almeida permaneceu na direção até meados de 1970, quando chegou à

universidade o professor Geraldo Bastos, com a missão de assumir a direção da escola. "Havia um entusiasmo, com a vinda dele, finalmente o professor Aragão teria um substituto à altura" (Cruz, 1990). O novo diretor tinha passado por várias experiências educacionais e era autor de diversos livros. Entretanto, ficou pouco tempo e saiu sem dar uma explicação convincente para os docentes do Ciem que acreditavam no seu trabalho (Cruz, 1990).

Com relação ao fechamento do Ciem, a professora Teresinha Rosa Cruz (2001) relatou, em seu livro, que o reitor Caio Benjamim assumiu ser o responsável pelo fechamento da escola, por considerar que ela dava muito trabalho. Pesava, no entanto, como pontua a professora, o desprezo que o vice-reitor Azevedo tinha pelo Ciem:

> Eu tinha uma intuição que a escola iria ser fechada desde que assisti como diretora às reuniões de criação do novo Estatuto da UnB, quando o colégio foi colocado nas disposições transitórias, sob alegação, do professor Valmir Chagas e do vice-reitor Azevedo, que a Faculdade de Educação ainda não estava, totalmente, estruturada. Nós ficamos como unidade complementar, podia acabar a qualquer momento. A intenção deles era acabar com o Ciem. (Cruz, 1990)

Avaliação semelhante está na fala da professora Eda Coutinho Machado:

> Para mim, quem fechou o Ciem foi o Azevedo. Eu não acho que foi uma coisa única que levou o vice-reitor a fechar o Ciem, eu acho que ele não tinha simpatia pela equipe que estava lá. Porque ele realmente achava que nós éramos pessoas que ficávamos dando aula e planejando que o aluno pensasse muito; que éramos subversivos. E, não éramos. Ninguém era subversivo ali. (Machado, 2019)

Os professores não atuavam em acontecimentos políticos nem discutiam política em sala de aula. Isso é consenso entre os ex-alunos que deram depoimentos em entrevistas que foram realizadas para escrita deste capítulo,

como o depoimento do geólogo e ex-aluno Carlos Horácio Bertoni e outros, a seguir:

> Nós éramos ensinados a pensar e discutir. Os professores não faziam comício em sala de aula. Não havia uma pregação política implícita ou explícita na matéria, mesmo nas matérias de humanas. Eu nunca senti isso. (Bertoni, 2019)
>
> A política nós fazíamos. No colégio você não via um professor manifestando opinião política em sala de aula. (Doyle, 2016)
>
> A sensação que eu tenho era que naquele momento, os alunos eram muito mais protagonistas, que os professores. (Rebelo, 2019)

No final do ano de 1970, assumiu a direção do Ciem a professora Maria do Socorro Jordão Emerenciano. Em fevereiro de 1971, no retorno das férias escolares, cada professor recebeu uma carta comunicando o fechamento da escola. Foi encerrada, sem que as justificativas estivessem expressas, uma experiência pedagógica exitosa, responsável pela formação de uma geração de prósperos profissionais em todas as áreas. Uma escola que poderia ter contribuído muito mais para qualidade do ensino médio, se tivesse tido oportunidade de consolidar o seu projeto, de replicar e difundir suas inovações pedagógicas, como idealizaram os seus criadores.

O projeto do Ciem era indissociável da Universidade de Brasília. Seguia as orientações do plano original para o sistema de ensino em Brasília proposto por Anísio Teixeira. A escola não só pertencia à UnB, mas, como bem observaram os ex-discentes, estudar no Ciem era o estágio anterior para o ingresso nos cursos da Universidade de Brasília. Os estudantes vivenciavam a universidade em toda sua grandeza e complexidade. Apesar do esforço da equipe docente em consolidar a escola como um espaço independente, experimental e com autonomia pedagógica, não havia como separar o Ciem da UnB.

Para a escola da liberdade, faltou liberdade para a consumação do seu projeto pedagógico, capaz de ensinar a pensar, aprender a aprender. Para tanto, era necessário quebrar paradigmas, ousar, experimentar novas e

até velhas formas de se relacionar com o conhecimento. Afinal, tratava-se de um centro de experimentação pedagógica. Dele deveriam emanar novas ideias e subsídios para o ensino médio e para a nova educação. O Ciem ousou e teve sucesso em sua pedagogia não só por preparar muito bem seus estudantes para enfrentar os exames vestibulares, mas especialmente por ter sido uma escola em que os estudantes tinham prazer de vivenciá-la intensamente. Havia condições favoráveis para as conquistas pedagógicas obtidas, o número de estudantes era compatível com a proposta, as aulas não eram massificadas, diferente de qualquer outra escola de ensino médio da época. Havia um número expressivo de professores, permitindo uma oferta variada de disciplinas optativas. Os estudantes eram nivelados pelas provas de seleção e passavam a dispor de uma escola de educação integral e em tempo integral.

O Ciem era uma escola democrática, onde os estudantes aprendiam a pensar e a ser protagonistas de sua própria aprendizagem, como era propósito do projeto e da equipe docente. Isso desagradava a ordem que veio a se estabelecer após o golpe militar. O projeto original da UnB foi quase totalmente aniquilado por não se adequar ao autoritarismo e às orientações antidemocráticas, mas a universidade resistiu. Ao Ciem, inexoravelmente, coube o fim.

Passado mais de meio século, é oportuno o resgate dos ensinamentos deixados por esse centro de experimentação, que teria se constituído com vistas a, inclusive, contribuir para aprimorar e transformar o ensino médio no país, importante etapa no processo de educação do cidadão brasileiro.

Referências

ADERNE, Laís Fontoura. *Entrevista.* Entrevistadoras Wanda Cosetti Marinho e Vera Margarida Catalão. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 10 jul. 1990.

ALMEIDA, Cláudio. *Entrevista*. Entrevistadores: Ariane Abrunhosa e Denise Farage. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 6 set. 2019.

APARECIDA, Geralda Dias. UnB em Dois Tempos. *In: Carta: falas, reflexões, memórias* (1961-1995). A Invenção da Universidade de Brasília. Brasília: Gráfica do Senado Federal, p. 37-53, 1995.

ARAGÃO, José Aloísio. Coluna Educação Dia a Dia. *Correio Braziliense*, 25 mar. 1964.

BERTONI, Carlos Horácio. *Entrevista.* Entrevistadores: Ariane Abrunhosa e Denise Farage. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal, Brasília, 4 out. 2019.

BRASIL. Decreto-lei n.º 477/69, de 26 de fevereiro de 1969, que define infrações disciplinares praticadas por professores (*sic*), alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1, 26 fev. 1969, p. 1.706.

BRASIL. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União, 1961.* Disponível em: https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61. Acesso em: 20 abr. 2019.

CASTRO, Mário. *Entrevista.* Entrevistadores: Ariane Abrunhosa e Denise Farage. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal, Brasília, 4 out. 2019.

CIEM. Conselho de Representantes dos Estudantes. *Comunicado ao Diretor do Ciem,* 1967a. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal.

CIEM. *Declaração em solidariedade às ações do diretor-adjunto,* 1967b. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal.

CIEM. *Ato da direção do Ciem nº 31/67*, para apurar os acontecimentos do movimento de apoio dos estudantes à aluna desligada do curso. 1967c. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal.

CIEM. *Ato da direção, n.º 32/67*, de 16 de novembro de 1967, sobre as resoluções da comissão de pais de estudantes expulsos. 1967d. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal.

CIEM. *Carta em defesa dos filhos,* de 16 de novembro de 1967. 1967e. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal.

CIEM. *Comunicado de estudantes às decisões da Direção,* de 17 de novembro de 1967. 1967f. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal.

CIEM. *Documento da Direção do Ciem ao Reitor Caio Benjamin*, de 23 de novembro de 1967. 1967g. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal.

CIEM. *Carta ao Reitor Caio Benjamin Dias.* 1968. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal.

COLUNA do Castelo Branco. *Jornal do Brasil.* 1º. Caderno. Rio de Janeiro, 18 nov. 1967.

COMUNICADO da Direção. *Correio Braziliense.* Brasília, 13 nov. 1967.

CRUZ, Teresinha Rosa. *Entrevista.* Entrevistadores: Wanda Cosetti Marinho e Jeanina Daher. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 19 jan. 1990.

CRUZ, Teresinha Rosa. *Uma experiência de educação interrompida:* Ciem-UnB. Brasília: Plano Editora, 2001.

CUNHA, Marcus Vinicius da. John Dewey e o pensamento educacional brasileiro: a centralidade da noção de movimento. *In*: *Revista Brasileira de*

Educação, n. 17, maio /jun./jul./ago., 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n17/n17a06.pdf. Acesso em: 8 mar. 2020.

DOYLE, Hélio Marcos Prates. *Entrevista*. Entrevistadores: Ariane Abrunhosa e Denise Farage. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 4 out. 2019.

DOYLE, Hélio Marcos Prates. *Entrevista.* Entrevistadores: Maria Paula Vasconcelos Taunay e Cinira Nóbrega Henriques. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal, 11 mar. 2016.

GURGEL, Antônio Pádua. *A Rebelião dos Estudantes*: Brasília, 1968. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2a. ed., 2004.

JEAN, Yvonne. Coluna Dia a Dia. *Correio Braziliense*, 1966.

LINS, Dulciane T. Brasil de 1964 a 1969: entre avanços e retrocessos. *Revista Científica Hermes,* v. 5, jul. /dez. 2011. Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa Brasil. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477648585005. Acesso em: 27 abr. 2020.

MACHADO, Eda Coutinho. *Entrevista.* Entrevistadores: Ariane Abrunhosa e Denise Farage. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 4 out. 2019.

MARAVALHA, Evelyn. *Entrevista.* Entrevistadores: Ariane Abrunhosa e Denise Farage. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 4 out. 2019.

MARTINS, Octavio. Os exames de admissão na UnB nos primeiros anos de seu funcionamento. *In: Fórum Educacional.* Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan./ mar. 1980, pp. 87-96. Biblioteca Virtual Anísio Teixeira. Disponível em: www.http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/. Acesso em: 2 mar. 2019.

MELLO, Fernando Collor de. *Entrevista.* Entrevistadores: Ariane Abrunhosa e Denise Farage. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, out. 2019.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. *Entrevista.* Entrevistadores: Ariane Abrunhosa e Denise Farage. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 4 out. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Reitoria. *Ato n.º 900/67,* de 27 de novembro de 1967. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal.

NEILL, Alexander Sutherland. *Liberdade sem medo*. São Paulo: IBRASA, 1977.

QUINTÃO, Aylê S. *Entrevista.* Entrevistadores: Ariane Abrunhosa e Denise Farage. Museu da Educação do Distrito Federal, set. 2019.

REBELLO, Tom. *Entrevista.* Entrevistadores: Ariane Abrunhosa e Denise Farage. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 4 out. 2019.

RELATÓRIO da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília. CATMV/UnB. Brasília: FAC-UnB, 2016.

RIBEIRO, Darcy. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,* Brasília, v.74, n.178, set. /dez, 1993, p. 743-750. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/documents/186968/489316/Revista+Brasileira+de+Estudos+Pedag%C3%B3gicos+%28RBEP%29+-+Num+177/35df1791-58c6-4177-ba6b-50a313830ebd?version=1.3. Acesso em: 4 jan. 2019.

SALMERON, Roberto A. *A Universidade interrompida - 1964-1965*. Brasília, Editora UnB, 2a. ed., 2012.

TEIXEIRA, Anísio. *Pequena introdução à filosofia da educação*: a escola progressiva ou a transformação da escola. 6a. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.* Rio de Janeiro, v. 35, n. 81, jan./mar. 1961. p. 195-199.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Resolução n.º 29, de 24 de janeiro de 1963. Resolve instalar o Centro Integrado de Ensino Médio (Ciem), da Faculdade de Educação. Centro de Documentação da Biblioteca Central da UnB, Resoluções do Conselho Diretor - 1962 a 1968.

VASCONCELOS, Mário Sérgio. *A difusão das ideias de Piaget no Brasil.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

Sobre os autores

Alice Fátima Martins

Doutora em Sociologia, professora titular na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Bolsista de produtividade em pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
E-mail: profalice2fm@gmail.com

Antonio Carlos Andrade de Souza

Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília; professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: toninho2018pos@gmail.com

Antonio Fávero Sobrinho

Mestre em História pela Universidade de Brasília, Professor Assistente na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Ariane Abrunhosa

Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal.
E-mail: abrunhosa.ariane@gmail.com

Claudia Paiva Carvalho

Doutora em Direito pela Universidade de Brasília, professora de Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).
E-mail: claudiapaivac@gmail.com

Cristiano Paixão
Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor adjunto da Faculdade de Direito da UnB.
E-mail: cristiano.aslh@gmail.com

Carmyra Oliveira Batista
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carmyra.batista@gmail.com

Denise Farage
Especialista em Políticas Públicas pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: denisefarage@gmail.com

Edilene Simões Costa dos Santos
Doutora em Educação, em Ciência e Matemática pela Universidade de Brasília, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
E-mail: edilenesc@gmail.com

Eliane Brito
Doutoranda em História pela Universidade de Brasília, professora do Centro Universitário Planalto do DF (Uniplan), da Faculdade Projeção e professora substituta do Instituto Federal de Brasília.
E-mail: eliane.cbo@gmail.com

Erlando Reses
Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da UnB.
E-mail: erlandoreses@gmail.com

Eva Waisros Pereira
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Aberta de Portugal; professora emérita e pesquisadora associada plena do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília.
E-mail: evawaisros@gmail.com

Haydée Ribeiro Coelho
Doutora em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo, professora associada IV da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: haydeeribeiro@hotmail.com

Josefina Reis de Moraes
Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: josefinarmoraes@gmail.com

José Luiz Villar Mella
Doutor em História Social e das Ideias pela Universidade de Brasília, professor associado I da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Jorge Abrahão de Castro
Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pesquisador associado da Universidade de Brasília e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB).
E-mail: jorge.abrahao57@gmail.com

Laura Maria Coutinho
Doutora em Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: lauracou@gmail.com

Leila Chalub Martins
Doutora em Ciências Sociais - Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas, professora do ensino básico público de Brasília de 1968 a 1992, professora associada aposentada da Universidade de Brasília.
E-mail: leilachalub3@gmail.com

Leila Maria de Jesus Oliveira
Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: leiladejesus@gmail.com

Luciana de Maya Ricardo
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: luciana.maya@gmail.com

Maria Andreza Costa Barbosa
Mestre em Educação pela Universidade de Brasília, professora de Artes Visuais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: andrezaferreiro@gmail.com

Mariana Gonçalves Penna
Graduada em História pela Universidade de Brasília e estagiária do Museu da Educação do Distrito Federal.
E-mail: marigpenna@gmail.com

Maria Alexandra Militão Rodrigues
Doutora em Psicologia, professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: alexandrarodrigues57@hotmail.com

Maria Lídia Bueno Fernandes
Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo, professora associada 3 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo de Pesquisa Sujeitos, Territórios e a Construção do Conhecimento (GPS).
E-mail: lidia_f@uol.com.br

Maria Margarida Machado
Doutora em Educação, professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.
E-mail: mmm2404@gmail.com

Maria Paula Vasconcelos Taunay
Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: mariapaulataunay@gmail.com

Mônica Menezes de Souza Batista
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: profmonicams@yahoo.com.br

Raquel de Almeida Moraes
Doutora em Educação, professora Associada 4 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo Lattes do CNPq: GT História, Sociedade e Educação no Brasil no DF, HISTEDBR-DF - HISTEDBR.
E-mail: raquelmoraesbr@gmail.com

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: rosalia.carvalho@udf.edu.br

Ricardo Gonçalves Pacheco
Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília, professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: prof.ricardopacheco@gmail.com

Samira Bueno Chahin
Doutora em arquitetura e urbanismo pela Universidade de São Paulo, professora do Centro Universitário Facens, membro do Comitê Editorial do projeto Arquitetura e Escrita e do GT Territórios Educativos do Instituto de Arquitetos do Brasil, São Paulo.
E-mail: samira_chahin@yahoo.com.br

Valéria Nely Cézar de Carvalho
Doutora em História pela École Pratique des Hautes Estudes de Paris, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carvalho.nely@gmail.com

Vera Margarida Lessa Catalão
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Paris VIII, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
Email: veramcatalao@gmail.com

A Editora UnB é filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro foi composto em Adobe Garamond Pro.

Esta obra é mais uma etapa da história da educação no Distrito Federal. Seu recorte histórico abrange o período da ditadura militar no Brasil, com foco nos acontecimentos na área da educação e suas repercussões na rede de ensino local. Os desafios vividos naquele período de autoritarismo constituem experiências antagônicas ao ideário democrático fundante do sistema de ensino público inovador da capital brasileira. A construção do conhecimento histórico a esse respeito é essencial para que se compreenda a relação intrínseca entre educação e sociedade, bem como as estratégias de organização social adotadas para o enfrentamento à opressão política e ideológica que marcou toda uma geração de brasilienses.

Alice Fátima Martins | Antônio Carlos Andrade de Souza
Antônio Fávero Sobrinho | Ariane Abrunhosa
Claudia Paiva Carvalho | Cristiano Paixão | Carmyra Oliveira Batista
Denise Lucinda Farage | Edilene Simões Costa dos Santos | Eliane Brito
Erlando Reses | Eva Waisros Pereira | Haydée Ribeiro Coelho
Josefina Reis de Moraes | José Luiz Villar | Jorge Abrahão de Castro
Laura Maria Coutinho | Leila Chalub Martins | Leila Maria de Jesus Oliveira
Luciana de Maya Ricardo | Maria Andreza Costa Barbosa
Mariana Gonçalves Penna | Maria Alexandra Militão Rodrigues
Maria Lídia Bueno Fernandes | Maria Margarida Machado
Maria Paula Vasconcelos Taunay | Mônica Menezes de Souza
Raquel de Almeida Moraes | Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Ricardo Gonçalves Pacheco | Samira Bueno Chahin
Valéria Nely Cézar de Carvalho | Vera Margarida Lessa Catalão